

INFORMES

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE INFORMAÇÕES EM CÂNCER

— RELATÓRIO FINAL —

RIO DE JANEIRO JULHO DE 1984

Campanha Nacional de
Combate ao Câncer
Instituto Nacional de Câncer
Organização Panamericana
de Saúde.

A Campanha Nacional de Combate ao Câncer e o Instituto Nacional de Câncer estão empenhados na articulação de amplo sistema, em nível nacional, que contemple ações integradas de prevenção, detecção precoce, assistência médica e pesquisa em câncer. O elenco de programas e projetos a serem desencadeados ou aperfeiçoados nessas áreas necessita de sistema integrado de informações epidemiológicas para subsidiar sua formulação e permitir o acompanhamento de sua eficácia a médio e longo prazos.

Nesse sentido, realizou-se o Seminário Nacional sobre Informações em Câncer no Rio de Janeiro, entre 25 e 28 de junho de 1984, cujos objetivos foram:

- intercâmbio de informações e experiências entre técnicos vinculados a diversos programas e instituições produtoras de informações epidemiológicas em geral, e da área câncer em particular;
- equacionamento de problemas metodológicos e práticos e assentamento das bases futuras para implantação e aperfeiçoamento de sistema integrado de informações em câncer.
- definição de linhas prioritárias de pesquisa epide-

miológica e estudos colaborativos em câncer no país.

O Seminário foi co-patrocinado pela Organização Panamericana de Saúde, que dessa forma ampliou seu apoio à implementação de uma política nacional de controle das neoplasias.

Contou-se com a participação de instituições ligadas, direta e indiretamente, à produção de informações em câncer (anexo 1); os debates ocorridos levaram às seguintes conclusões e recomendações:

1 — Já existe no Brasil um conjunto expressivo de instituições produtoras de informações epidemiológicas em câncer: os Registros de base populacional (RBP) de São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e Recife, o Registro Nacional de Patologia Tumoral (RNPT/MS) e Registros Hospitalares de Câncer — fontes de dados de morbidade — e o Subsistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. No entanto, sua utilização pelo sistema de saúde é ainda insatisfatória, carecendo de unidade programática, dentro de uma perspectiva orientada para subsidiar ações de controle. O Seminário Nacional sobre Informações em Câncer, ora realizado, aponta para a articulação entre os diferentes órgãos e a cons-

tituição de sistema de vigilância epidemiológica das neoplasias malignas no país. A riqueza potencial desse sistema fundamenta-se na possibilidade de consolidação e análise de informações complementares, provenientes de fontes de características diversas.

O equacionamento das prioridades de expansão e das características a serem assumidas pelo Sistema de Informações em Câncer deve vincular-se à definição mais precisa da necessidade de dados. Estes deverão estar adequados à implantação de uma política nacional de controle de câncer. Demandar-se-á "informação para ação" em escala crescente, e este deverá ser o ponto de referência para o aperfeiçoamento do sistema de informações, para a qual será considerada a incorporação de todas as fontes disponíveis de dados no país.

Nesse sentido, o presente Seminário deve ser considerado como momento de um processo, com sua continuidade assegurada através de reuniões periódicas, intercâmbio de informações e outras atividades.

2 — Os avanços experimentados pelo Subsistema de Informações sobre Mortalidade, no período recente, foram reconhecidos como fundamen-

tais para o Sistema de Informações em Câncer. Recomenda-se ao Ministério da Saúde a continuidade dos esforços que visam aumentar os graus de cobertura e fidedignidade dos dados de mortalidade, sugerindo-se:

- estímulos à descentralização e à coleta da declaração de óbito em nível municipal, incluindo a obtenção de informação junto aos cemitérios clandestinos.
- iniciativas no sentido de viabilizar o treinamento de internos, residentes, e médicos em geral, quanto ao correto preenchimento da declaração de óbito, assim como da melhoria do padrão dos prontuários médicos. Tais iniciativas devem enfatizar a importância dos dados para o acompanhamento da situação de saúde do país. Na área câncer em particular, é prioritário o treinamento dos profissionais médicos das instituições participantes do Sistema Integrado de Controle de Câncer (SICC).

Recomenda-se o estímulo a mecanismos de integração entre as Secretarias de Saúde e os Registros de Incidência de câncer, visando não apenas complementar as informações destes últimos como também melhorar a qualidade da causa básica de óbito a partir de dados colhidos pelos Registros.

3 — Deve ser enfatizada a importância estratégica das fontes de dados de morbidade, na medida em que tendem a superar problemas observados nas estatísticas de mortalidade e, por outro lado, são fundamentais para estudos etiológicos e de fatores de risco. Entre essas fontes, destacam-se os Registros de câncer de base populacional, únicos fornecedores de dados de incidência de forma contínua e o Registro Nacional de Patologia Tumoral do Ministério da Saúde.

Considera-se que os usos potenciais dos Registros dirigem-se à realização de estudos descritivos e de investigação etiológica, assim como ao planejamento e avaliação das ações de controle, no âmbito da prevenção e detecção precoce.

No Brasil, hoje, os usos mais importantes e viáveis concentram-se nos estudos descritivos e no fornecimento de subsídios para o planejamento e avaliação de atividades específicas, como as de controle do câncer cérvico-uterino.

4 — Quanto ao Registro de base populacional, cuja abrangência deve ser necessariamente regional, recomenda-se que o Ministério da Saúde não promova ativamente a criação de novos Registros, no momento, e até que identifique-se concretamente essa necessidade.

O aperfeiçoamento e racionalização dos Registros existentes de forma isolada e enquanto conjunto, deverá pautar-se nas seguintes direções:

a) compatibilização de normas e procedimentos envolvidos nas etapas de coleta, processamento, análise, difusão e utilização da informação.

b) ampliação da coleta em fontes adicionais de informação, principalmente laboratórios, como por exemplo, os de citopatologia.

c) realização de estudos e entendimentos institucionais no sentido de viabilizar a automatização de procedimentos ligados à verificação de multiplicação de casos e ao processamento dos dados. Recomenda-se que a CNCC/MS funcione como intermediária nessas gestões.

d) enfrentamento da escassez de recursos através de medidas como, por exemplo: a não — coleta ou registro em separado das neoplasias de pele, realização de processamento e análise bi ou trienais, utilização de programa de computador para conferência de entradas e retirada do

arquivo de casos de óbitos registrados.

e) Recomenda-se que a parcela de financiamento dos Registros de base populacional proveniente do Ministério da Saúde deve ser regular, prevista orçamentariamente e adequada às expectativas de resultados, independentemente da filiação institucional dos Registros. Recomenda-se também a utilização de outras fontes de financiamento, através de convênios com os órgãos de saúde, estaduais e municipais, e instituições acadêmicas.

5 — O Registro Nacional de Patologia Tumoral (RNPT), congregando mais de 300 laboratórios de Patologia, em todo o país, permite análises de frequência relativa e patamares mínimos de incidência.

A consolidação institucional do RNPT, que dispõe hoje de um grande acervo de casos, é elemento para a continuidade do programa.

Como recomendações específicas destacam-se:

a) realização de estudos operacionais visando verificar a viabilidade do aumento de cobertura do programa, incorporando novos laboratórios de patologia;

b) elaboração de mecanismos que permitam avaliar e garantir a fidedignidade dos dados;

c) envolvimento permanente dos profissionais da área de Patologia, através de programas visando a formação, capacitação, atualização e reciclagem de recursos humanos.

6 — A CNCC deve estimular a produção científica nacional em câncer, através da identificação e viabilização de apoio a grupos e instituições nos campos da pesquisa básica, de anatomia patológica, clínica e epidemiológica, dentro da perspectiva de constituição de grupos assessores e, eventualmente de Centros de Referência em áreas específicas.

Propõe-se o estímulo à elaboração de linhas colaborati-

vas de pesquisa, as quais deverão ser submetidas a organismos financiadores, nacionais e internacionais.

No âmbito dos Registros, as linhas possíveis de investigação situam-se nas áreas dos estudos epidemiológicos descritivos e analíticos, em avaliações operacionais ligadas ao controle de qualidade dos Registros e em estudos de epidemiologia da atenção médica,

aqui incluídas ações de controle em geral. No estágio atual, considera-se que os estudos analíticos apresentam menor grau de prioridade em relação aos demais.

No campo da mortalidade, além da análise de padrões regionais de mortalidade por câncer e de localizações específicas, recomenda-se a realização de estudos de sobrevivência, investigação sobre a

composição do grupo de causas mal definidas e estudos de validação da declaração de óbito.

Sugere-se, igualmente, a utilização da Revista Brasileira de Cancerologia como espaço privilegiado para a divulgação de informações e estudos epidemiológicos, assim como nos congressos de Saúde Pública, Cancerologia e outras especialidades.